

O ENFERMEIRO NA SAÚDE DA GESTANTE ENCARCERADA

Yara Aline Ribeiro Silva¹

Douglas Roberto Guimarães²

Jussara Cristina Aparecida de Souza Monteiro³

Fabiana Resende Brighenti Miranda⁴

1 Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Enfermagem UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

4 Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN.

E-mail para contato: ribeiryara82@gmail.com

RESUMO – O enfermeiro é de extrema importância no atendimento as gestantes e puérperas. Com o aumento de mulheres encarceradas, ele deve auxiliar no cuidado e atendimento a elas. Tendo isto, este estudo teve como objetivos evidenciar a importância do enfermeiro na assistência as gestantes e puérperas carcerárias, identificar o papel do enfermeiro no pré-natal das gestantes encarceradas e como a falta de assistência interfere diretamente essas mulheres. Para tanto, foi realizada a pesquisa bibliográfica, a partir da utilização de 16 artigos científicos, identificados nas bases de dados BVS e SciELO entre os anos de 2016 e 2023. Resultados apontam que o enfermeiro é fundamental no cuidado das gestantes e no processo do pré-natal, porém, quando relacionado a mulheres privadas de liberdade, o enfermeiro encontra dificuldades no atendimento justo, eficaz e digno para garantir cuidado e qualidade de serviço. Diante disso, é importante que os profissionais estejam preparados para lidar com essas questões e dificuldades, pois é urgente a necessidade de repensar e reformular as políticas e práticas de saúde voltadas para mulheres grávidas privadas de liberdade. Concluiu-se que mesmo com os objetivos e assistência da enfermagem, não é suficiente para suprir todas as necessidades e cuidados necessários com as gestantes, são necessários subsídios mínimos para um cuidado eficaz e de qualidade, por isso, é preciso que todos os envolvidos, incluindo governos, instituições prisionais, profissionais de saúde e a sociedade em geral, se unam para garantir que as mulheres grávidas privadas de liberdade recebam o cuidado de saúde que merecem.

Palavras-chave: Gestante; Encarcerada; Pré-Natal; Enfermeiro; Mulheres; Assistência.

1 INTRODUÇÃO

A assistência de enfermagem é de extrema importância no serviço de saúde, o enfermeiro é o responsável pela educação, promoção, prevenção e reabilitação. Ele é delegado para a realização da consulta de enfermagem, orientação, realização dos exames citopatológico e das mamas, consulta pré-natal, puerperal e puericultura. Sendo assim, a equipe de enfermagem no sistema prisional também tem um papel importante no atendimento ao público feminino, que a cada ano, passa por um considerável aumento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

O cárcere não exime as mulheres que nele se encontram de passar por todas as fases do ciclo reprodutivo, incluindo a gestação, o parto e a amamentação. A experiência de gestar, parir e de cuidar de um filho pode dar à mulher uma nova dimensão de vida e contribuir para o seu crescimento emocional e pessoal (FRANÇA, SILVA, 2016).

Embora a saúde, na maioria das penitenciárias femininas não funcione adequadamente, o cuidado que as mães ofertam aos seus filhos é afetivo, na visão de preservar e promover o bem-estar dos filhos (GIMENES, 2017).

Compreender como mulheres em reclusão vivenciam a maternidade pode permitir minimizar questões, muitas vezes, negligências em tal condição, como o suporte emocional, a realização do pré-natal, de exames, o direito ao aleitamento materno, ao convívio, entre outros. Além de poder resultar em intervenções por parte dos profissionais de saúde que assistem a este grupo, viabilizando, desta forma, ações resolutivas e capazes de humanizar essa assistência (FRANÇA, SILVA, 2016).

Diante do exposto, são necessárias e fundamentais as ações de enfermagem na atenção à mulher, as gestantes e as puérperas no sistema prisional. Com isso, este estudo tem como objetivos evidenciar a importância do enfermeiro na assistência as gestantes e puérperas carcerárias, identificar o papel do enfermeiro no pré-natal das gestantes encarceradas e como a falta de assistência interfere diretamente essas mulheres, através de revisão bibliográfica.

2 MATERIAL E METODOS

O presente artigo refere-se a uma revisão integrativa de literatura na assistência à saúde da mulher gestante e puérperas no sistema penitenciário feminino, a metodologia utilizada foi do tipo revisão integrativa.

A revisão integrativa busca semelhanças e diferenças entre os artigos levantados nos documentos de referência, procurando reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo (SOUZA, et al., 2010).

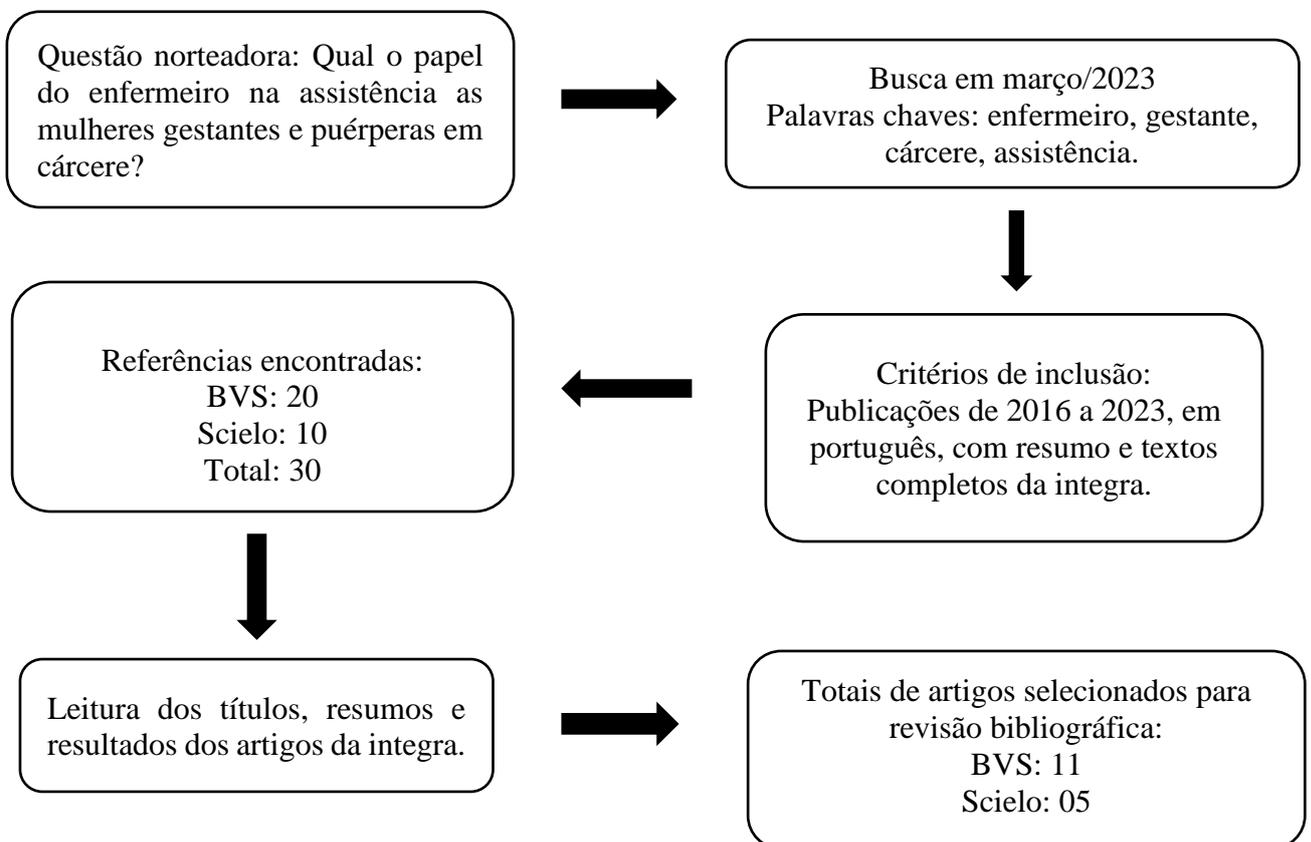
A revisão desta pesquisa foi elaborada através destes fatores: reconhecimento da questão norteadora e pesquisa em literatura científica. E então o tema de interesse e a pergunta norteadora será: “Qual o papel do enfermeiro na assistência as mulheres gestantes e puérperas em cárcere?”.

O levantamento bibliográfico foi realizado durante o período de março a maio de 2023, nos acervos de literatura científica BVS – Biblioteca Virtual em Saúde e *Scientific Electronic Library Online* - Scielo. No processo de pesquisa, os descritores utilizados na língua portuguesa foram: Enfermeiro, gestante, cárcere, assistência. Com estratégias de busca: enfermeiro *and* gestantes *and* cárcere, assistência *and* gestantes *and* cárcere, enfermeiro *or* assistência *and* parto

and cárcere, gestantes *or* puérperas *and* cárcere, enfermagem *and* saúde materno infantil *and* cárcere.

A respeito da seleção de literatura, foram analisadas publicações dos últimos 10 anos (2013 a 2023), com ênfase na questão norteadora proposta. Adotou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos escritos em português e com disponibilidade de texto completo em suporte eletrônico e critérios de exclusão: fuga do tema e duplicidade. Foram selecionados 30 artigos, que após a análise dos documentos, a amostra final constituiu-se em 16 artigos científicos, os quais foram lidos na íntegra e depois submetidos à fichamento para sistematizar as ideias.

Figura 1. Fluxograma da seleção dos artigos incluídos na revisão bibliográfica – março 2023.



Fonte: Autoria própria (2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da análise dos artigos teve como referência o alcance dos objetivos e o problema de pesquisa. Foram identificados 30 estudos e após análise selecionaram-se 16 por

estarem de acordo com os critérios de inclusão. No Quadro 1 estão descritos os artigos selecionados para leitura segundo autores/ano de publicação, título, objetivo, metodologia e resultados.

Quadro 1. Artigos selecionados.

Autor/ ano	Título	Objetivo	Metodologia	Resultados
Félix RS, França DJR de, Nunes JT et al. (2017)	O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário.	Descrever a atuação do enfermeiro na atenção pré-natal com mulheres em sistema carcerário, identificar dificuldades dos enfermeiros na atenção pré-natal às encarceradas.	Revisão integrativa.	Três categorias foram identificadas: 1- Perfil das mulheres encarceradas, 2- Consulta de enfermagem como ação humanizada durante o pré-natal, 3- Precárias condições de assistência à saúde da gestante encarcerada.
SALES, Ana Carolina et al. (2021)	Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa.	Analisar as publicações nacionais e internacionais acerca da assistência ao pré-natal oferecida às mulheres privadas de liberdade.	Revisão integrativa da literatura.	São necessárias adequações e melhorias na assistência à saúde dessas mulheres que, mesmo tendo direitos vigentes, sofrem negligência na assistência oferecida.
SILVA, Jeferson Barbosa et al. (2020).	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	Revelar narrativas de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência obstétrica ofertada durante a vivência do ciclo gravídico-puerperal.	Estudo exploratório, qualitativo.	Prevaleceu nos discursos a fragilidade de atenção à saúde em todas as fases do ciclo gravídico puerperal, envolvendo des(assistência) no pré-natal, vivência não percebida de violência obstétrica, sentimentos de abandono no parto e falta de ambiente adequado para os recém-nascidos dentro da instituição correccional.
SOUZA, G. C., CABRAL, K. D. S., LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. (2018)	Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa.	Analisar na literatura, as ações de Educação e Promoção à Saúde da Mulher praticada pela enfermagem, para mulheres privadas de liberdade, com ênfase na fase reprodutiva, no período de pré-natal, parto e puerpério.	Revisão integrativa da literatura.	Os periódicos selecionados discorrem sobre as condições socioeconômicas, condições de saúde, direitos da mulher em cárcere, situação de vivência considerando a complexidade dos casos e a maternidade na prisão.
Assis TG de, Almeida	Representações de mulheres encarceradas	Compreender as representações sociais de	Estudo qualitativo.	Marcaram-se as representações da gestação durante o encarceramento pela ausência

LF de, Assad LGet al. (2018).	sobre gestar na prisão.	gestantes e puérperas encarceradas sobre o gestar enquanto vivendo em Colônias Penais.		de serviços e infraestrutura, com pré-natal falho e dificuldades para a realização de exames, além da dicotomia entre querer estar com o filho, mas ter que criá-lo em tal ambiente. Caracteriza-se gestar na prisão pela não aceitação, gerando-se atitudes de negação, embora o afeto pelo filho acompanhe as presidiárias e acalente essa realidade
Andrade ABCA de Gonçaves MJF. (2018).	Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais.	Descrever os desfechos, identificados na literatura, da gestação, parto e puerpério em mulheres privadas de liberdade.	Revisão integrativa.	O acompanhamento pré-natal efetivo é realidade apenas em países desenvolvidos, a falha na comunicação entre o sistema prisional e familiares de gestantes e puérperas, o uso de algemas durante o trabalho de parto e parto, são fragilidades na assistência à esta parcela populacional. Destacam-se: mais incidência de partos vaginais, o desenvolvimento de complicações como a hipertensão e infecção puerperal, dificuldades para o estabelecimento do vínculo mãe-bebê, principalmente na amamentação.
Leal MC, Ayres BVS, Esteves-Pereira AP, Sánchez AR, Larouzé B. (2016)	Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil.	Compreender condições e as práticas relacionadas à atenção à gestação e ao parto durante o encarceramento.	Análise de série de casos proveniente de um censo nacional.	No momento da prisão, 89% das mulheres já estavam grávidas e dois terços não desejou a gravidez atual. O acesso à assistência pré-natal foi inadequado para 36% das mães. Durante o período de hospitalização 15% referiram ter sofrido algum tipo de violência (verbal, psicológica ou física). O atendimento recebido foi considerado excelente por apenas 15% das mães. Foi baixo o suporte social/familiar recebido e o uso de algemas na internação para o parto foi relatado por mais de um terço das mulheres. Piores condições da atenção à gestação e ao parto foram encontradas para as mães encarceradas em comparação às não encarceradas, usuárias do SUS. Este estudo também evidenciou violações de direitos humanos, especialmente durante o parto.
FRANÇA, A. M. B, SILVA, J. M. O. (2016)	A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade	Compreender como as mulheres em situação de prisão vivenciam a maternidade durante a reclusão	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa.	A partir de seus relatos, compreender como as mulheres em reclusão no EPFSL vivenciaram a maternidade nesse período.

GIMENES, N. F. (2016)	A realidade da maternidade no sistema prisional Brasileiro.	Apresentar a situação do sistema carcerário desde a sua origem, demonstrando que mesmo com a evolução e o passar do tempo não houve uma melhora significativa, além de certificar a respeito da existência de diversos direitos que as encarcerados possuem, porém quase todos 12 camuflados pelo poder Estatal, ocasionando em um enorme sofrimento para as mulheres que compõem o sistema carcerário brasileiro.	Dedutivo.	A vida no ambiente prisional é extremamente sofrida, havendo a necessidade de mudanças que diminuam o sofrimento vivido pelas mulheres, e estas transformações necessariamente precisam ser feitas pelo Estado, devendo ter iniciativa de investir na construção de novos ambientes ou adapta-los a fim de ter um local com as características e estruturas 86 que a lei exige, como o berçário, alas maternas e tudo o que a legislação determina, bem como há extrema necessidade de o Ente estatal possuir comprometimento em fornecer todos os mantimentos para a higiene, medicamentos e oferecer atendimentos necessários as reeducandas.
LIMA, JF (2015)	O direito à saúde das mulheres gestantes e puérperas no Sistema penitenciário feminino no Distrito Federal.	Identificar as ações e serviços de saúde necessários para garantir o direito a saúde das mulheres parturientes e puérperas privadas de liberdade, e como ele vem sendo garantido no Distrito Federal.	Levantamento bibliográfico e documental.	Puderam-se apontar as aplicabilidades da profissão do sanitarista neste contexto, bem como definir quais pontos podem ser melhor explorados por esse profissional, bem como sua articulação junto aos entes responsáveis pela população privada de liberdade visando a solução das problemáticas levantadas.
Silva MM, Freitas CRC de, Silva AM et al. (2015).	Percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na colônia penal feminina.	Investigar a percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na Colônia Penal Feminina do Recife.	Estudo descritivo e transversal com abordagem qualitativa	As protagonistas revelaram falha na troca de informações durante as consultas e entre os profissionais, reconheceram ainda a importância do pré-natal para um parto seguro.
Apolinário FH (2013).	Significados atribuídos por enfermeiros à assistência que prestam a indivíduos em situação prisional.	Caracterizar as unidades e identificar as percepções e os significados atribuídos por enfermeiros que atuam no sistema prestando	Quali-Quantitativa	Foi possível apreender a rotina dos enfermeiros e os significados que atribuem à assistência de enfermagem que prestam aos indivíduos em situação prisional.

		assistência aos presidiários nas unidades de sistema fechado.		
Militão, L. P., & Kruno, R. B. (2014)	Vivendo a gestação dentro de um sistema prisional.	Conhecer a vivência de gestantes institucionalizadas em uma penitenciária feminina de Porto Alegre e desvelar como percebem a assistência de saúde oferecida nesta instituição	Estudo qualitativo.	Evidenciou-se que as gestantes reclusas possuem seus direitos constitucionais parcialmente atendidos quanto à assistência de saúde, referindo medo com relação ao tratamento pessoal que receberão durante o parto pelos profissionais.
Picoli, et al. (2014)	Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde	Descrever as características sociodemográficas, história penal e assistência ao pré-natal e puerpério em mulheres detentas.	Estudo transversal com aplicação de questionário estruturado	A assistência pré-natal e puerperal disponível no presídio revelou-se inadequada em relação aos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento.
CANTU MC, FRANÇA LA (2015)	Condições, processo e experiência do encarceramento feminino: uma pesquisa de campo na penitenciária feminina do paraná	Resultado de uma pesquisa de campo sobre as condições, o processo e a experiência do encarceramento, na Penitenciária Feminina do Paraná, localizada no município de Piraquara	Pesquisa básica, qualitativa, exploratória e descritiva	As conclusões indicam que, ainda que o cárcere gere consequências negativas nas apenadas, alguns fatores, como uma boa gestão prisional e a ausência de superlotação, podem contribuir para minimizar esses efeitos e proporcionar uma punição legalmente adequada. A partir de um paralelo sobre exercício da punição de homens e mulheres, a pesquisa também evidenciou que as apenadas não podem, de forma alguma, receber o mesmo tratamento dispensado ao homem encarcerado, considerando suas particularidades de comportamento, gênero, sentimentos, personalidade e sexo.
OLIVEIRA, RN (2014)	Mulheres, saúde reprodutiva e prisão: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.	Analisar a saúde reprodutiva das mulheres grávidas e com filhas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), sob uma perspectiva feminista	Metodologia mista utilizada neste texto consistiu em três fases: a primeira fase foi a de análise quantitativa, a segunda foi a comparação dos perfis das mulheres que vivem na ala da maternidade com outras mulheres, em	Mesmo quando a maior essencialização do que é se mulher se manifesta (a maternidade), a condição de bandida para as mulheres que estão sob a tutela do Estado em instituições prisionais não é suspensa no momento dos seus processos de parto.

			relação aos cuidados externos da família, para que houvesse sua apreensão; a terceira fase, de metodologia qualitativa.	
--	--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Com as dificuldades encontradas, a criminalidade pode representar uma forma de obter condições desejadas o mais rápido e fácil possível (FÉLIX, et al., 2017). A análise literária permitiu identificar o aumento acentuado de envolvimento na criminalidade, ocasionando elevação na população encarcerada, principalmente em mulheres jovens, com baixa escolaridade e com condições socioeconômicas precárias. Devido a todos esses fatores, há um aumento de mulheres gestantes encarceradas, sendo assim, é fundamental uma assistência de qualidade a saúde.

Gestantes em regime prisional possuem direitos de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 e nº 11.942, assegurando às mulheres ao acompanhamento médico no pré-natal, parto e pós-parto, garantindo assistência de forma integral à saúde da mãe e do bebê, sendo garantidas também condições mínimas estruturais, como dormitórios exclusivos para as gestantes e parturientes e berçários para que auxilie as mães nos cuidados ao recém-nascido até os 6 meses de idade (OLIVEIRA, 2014, FRANÇA, CANTÚ, 2015).

Apesar das Leis garantirem a assistência às mulheres no período gestacional, parto e puerpério, a realidade da maioria das penitenciárias brasileiras não oferecem às detentas auxílio à saúde de forma adequada, em razão de muitas instituições prisionais não possuem enfermarias, além da superlotação das unidades e estruturas precárias tais como: infiltração e pouca ventilação, proporcionando o ambiente úmido e promovendo o agravamento à saúde das mesmas e de seus filhos (PÍCOLI, et al., 2014; SILVA, et al., 2015).

Os serviços de saúde nas unidades prisionais são escassos, na maioria das vezes, a assistência as gestantes realizadas por enfermeiros e de forma pontual e o que deveria ser mensal ocorre poucas vezes durante toda a gestação (ASSIS, et al., 2018). É comum a ausência do acompanhamento regular às gestantes e o atendimento ao puerpério (ASSIS, et al., 2018).

A assistência em enfermagem pode variar de acordo com as condições socioeconômicas, havendo dificuldades para a prestação de serviço de qualidade, tais como: superlotação, falta de médico e ambiente inadequado, sendo estes problemas existentes também no ambiente prisional (APOLINÁRIO, 2013).

Enfermeiros de unidade prisional se empenham muito para conseguir prestar assistência adequada, incluindo a assistência de enfermagem a saúde da mulher, estando ela em situação de prisão, devendo funcionar de forma equânime e integral, para este público (LIMA, 2015).

A consulta do enfermeiro é instrumento de suma importância, a qual garante maior cobertura e melhoria de qualidade no pré-natal, principalmente porque desenvolve ações educativas, preventivas e de promoção da saúde da gestante. O pré-natal é o acompanhamento realizado durante a gravidez, ele avalia a saúde materna e o desenvolvimento do bebê. A atenção pré-natal humanizada é fundamental, tendo como objetivo assegurar acolhimento do início da gravidez até seu final, garantindo o nascimento de uma criança saudável, bem-estar materno e neonatal (FELIX, et al., 2017). Nessa consulta, o enfermeiro acolhe a mulher possibilitando um bom diálogo, questionamentos e compreensão do processo, proporcionando sensibilidade, afetividade e bem-estar físico e mental a gestante.

A enfermagem brasileira está bem-posicionada para exercer um cuidado com atenção integral ao qual essas mulheres privadas de liberdade têm direito, porém, é necessário oferecer subsídios mínimos e dignos para garantir a qualidade do serviço (SALES, et al., 2021).

Na situação do encarceramento, transcorre fragilidade no exercício dos direitos das mulheres privadas de liberdade e seus filhos. Tal descumprimento tem sido acarretado por ações disciplinares e constitucionais, que impossibilitam que esse público obtenha assistência adequada e singular no período gravídico puerperal (SILVA, et al., 2020).

O acolhimento e orientações, na assistência à saúde das gestantes e puérperas em regime prisional, são aspectos fundamentais no exercício do cuidado, o que remete a importância da reestruturação do ambiente prisional (ANDRADE, et al., 2018).

O papel da enfermagem é de suma importância no que tange às atribuições da profissão, além de garantir os direitos das gestantes encarceradas e atenuar as falhas do sistema de saúde dos presídios (SOUZA, et al., 2018).

Os instrumentos legais que primam pela reeducação e pela saúde de gestantes encarceradas não se cumprem integralmente na prática, tornando evidente a falta de comprometimento político e institucional com sua reinserção na sociedade (MILITÃO et al., 2014).

A baixa qualidade do pré-natal dentro da unidade prisional se refere muito justamente a falha na troca de informações durante as consultas. Percebe-se que não são todas as gestantes que recebem informações durante suas consultas de pré-natal, dados esses importantes e que muitas vezes não são ofertados, como sobre sintomas da gestação, modificações e cuidados

com o próprio corpo, pois mesmo não sendo a primeira gestação a mulher necessita de aprendizado e cuidado específico, uma vez que cada gravidez é única (SILVA MM, et al. 2015).

As mulheres relatam que não foram orientadas sobre os cuidados com mamas no aleitamento materno, recém-nascido, atividades sexuais e métodos contraceptivos no pós-puerpério. Parte das mulheres desconhecem a distribuição de preservativo na visita íntima (PÍCOLI RP, et al., 2014).

É indiscutível que toda mulher necessite de maior cuidado durante a gravidez por conta das grandes mudanças que ocorrem em seu corpo e em seu estado emocional neste período. Alguns fatores como: condições de higiene, relações interpessoais, afetivas e aspectos ambientais são variáveis importantes que podem interferir na qualidade do desenvolvimento gestacional, com reflexos no parto e nas condições de saúde do recém-nascido (MILITÃO et al., 2014).

O ambiente carcerário não é o ideal para o desenvolvimento de um recém-nascido, a adequação do ambiente para receber essas mulheres e seus conceptos, torna-se necessária (PÍCOLI, et al., 2014). Para que essa atenção ao pré-natal dentro da penitenciária seja qualificada e humanizada deve-se existir consultas com condutas de acolhimento, como a escuta ativa dessas mulheres, atividades educativas em grupo ou individualmente.

A vulnerabilidade biopsicossocial das mulheres é potencializada na situação prisional, além de maximizar os déficits de saúde pública, sendo estes, referentes a ações de prestação do cuidado e assistência à saúde das detentas (SOUZA, et al., 2018).

4 CONCLUSÃO

Em suma, a pesquisa evidenciou que gestar e parir na prisão pode intensificar as desigualdades e relações de poder já presentes no sistema prisional. As experiências das mulheres grávidas privadas de liberdade revelaram a falta de cuidado adequado e atenção às suas necessidades específicas durante a gestação e o parto. Essa realidade impacta negativamente tanto as mulheres quanto as crianças, prejudicando seu bem-estar e desenvolvimento.

Mesmo com os objetivos e assistência da enfermagem, não é suficiente para suprir todas as necessidades e cuidados necessários com as gestantes, são necessários subsídios mínimos para um cuidado eficaz e de qualidade.

A falta de acesso a cuidados de saúde adequados e a violação de direitos básicos durante a gravidez e o parto são reflexos de um sistema que prioriza o controle e a punição em vez do cuidado e da proteção.

Diante disso, é urgente a necessidade de repensar e reformular as políticas e práticas de saúde voltadas para mulheres grávidas privadas de liberdade. É essencial garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade dessas mulheres, oferecendo-lhes um cuidado integral e humanizado durante todo o processo gestacional e no momento do parto.

Além disso, é imprescindível promover a conscientização e a sensibilização sobre essa realidade, tanto entre os profissionais de saúde quanto na sociedade como um todo. A luta por uma assistência igualitária e justa para todas as mulheres, independentemente de sua situação prisional, é uma questão de direitos humanos e de justiça social.

Portanto, é preciso que todos os envolvidos, incluindo governos, instituições prisionais, profissionais de saúde e a sociedade em geral, se unam para garantir que as mulheres grávidas privadas de liberdade recebam o cuidado de saúde que merecem, com respeito, empatia e dignidade. É fundamental que sejam tomadas medidas para melhorar as condições de trabalho e capacitar os enfermeiros, a fim de garantir uma atenção pré-natal eficaz e humanizada para essas mulheres, contribuindo para a promoção da saúde materna e infantil. Somente assim poderemos construir um sistema de saúde mais justo e igualitário para todas as mulheres, independentemente de suas circunstâncias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE ABCA DE, GONLÇAVES MJF. Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais : **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 12(6):1763-71, jun., 2018.

APOLINÁRIO, F. H. Significados atribuídos por enfermeiros à assistência que prestam a indivíduos em situação prisional. 2013. 140 f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) - **Universidade Estadual Paulista - UNESP**, Botucatu, 2013.

ASSIS TG DE, ALMEIDA LF DE, ASSAD LG et al. Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão : **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 12(11):3069-77, nov., 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS. ESTRATÉGICAS. ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE DA MULHER. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – **manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas** – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 163 p. color. –

(Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 5) ISBN 85-334-0885-4.

FÉLIX RS, FRANÇA DJR DE, NUNES JT et al. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 11(10):3936-47, out., 2017.

FRANÇA, A. M. B, SILVA, J. M. O. A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 10(5):1891-4, maio., 2016.

FRANÇA, L. A., CANTÚ, M. C. Condições, processo e experiência do encarceramento feminino: uma pesquisa de campo na Penitenciária Feminina do Paraná. **Direito e Democracia**, Canoas, v. 16, n. 2, p. 63-85, 2015.

GIMENES, N. F. A realidade da maternidade no sistema prisional brasileiro. 2016. 96 f. Monografia (Bacharel em Direito) - **Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente**, São Paulo. 2016.

LEAL MC, AYRES BVS, ESTEVES-PEREIRA AP, SÁNCHEZ AR, LAROUZÉ B. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Cienc Saude Colet.** 2016, 21(7):2061-70.

LIMA, J. F. O direito à saúde das mulheres gestantes e puérperas no Sistema Penitenciário Feminino do Distrito Federal. 2015. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Saúde Coletiva) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2015.

MILITÃO, L. P.; KRUNO, R. B. Vivendo a gestação dentro de um sistema prisional. **Saúde (Santa Maria)**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 77–84, 2014.

OLIVEIRA, R. N. Mulheres, saúde reprodutiva e prisão: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 2014. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2014.

PÍCOLI, R. P. et al. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 67-82, 2014.

SALES, ANA CAROLINA et al . Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. **Rev. Baiana enferm.**, salvador , v. 35, e36114, 2021 .

SILVA, JEFERSON BARBOSA et al . Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. Reme : **Rev. Min. Enferm.**, Belo Horizonte , v. 24, e1346, 2020.

SILVA, M. M. et al. Percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na colônia penal feminina. **Rev enferm UFPE.** v. 9, supl. 7, p. 9038-9045, 2015.

SOUZA, G. C., CABRAL, K. D. S., LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2018.

SOUZA M.T., SILVA M.D., CARVALHO R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, 2010, Vol. 08, Pag. 102-106.